

# O LUGAR E AS FORMAS DE COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS DA SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA EM UBERLÂNDIA - MG

Renata Rodrigues da Silva<sup>1</sup>  
Geisa Daise Gumiero Cleps<sup>2</sup>

**Resumo:** A socioeconomia solidária ou economia solidária constitui-se como uma possível alternativa à geração de trabalho e renda, que apresenta como princípios básicos o trabalho coletivo e autogestionário e a geração de uma atividade econômica. A prática de socioeconomia solidária constitui-se como um fenômeno antigo, tendo origem com a Revolução Industrial, porém, observa-se um incentivo maior a esta outra economia a partir das últimas décadas do século XX, principalmente no Brasil. No âmbito da socioeconomia solidária destaca-se a comercialização de produtos e serviços como principal atividade mantenedora dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e, também, como a principal dificuldade enfrentada por estes empreendimentos. Neste sentido, ressalta-se que esta comercialização ocorre de diferentes formas e em diferentes locais. Tais características podem ser observadas no município de Uberlândia que, atualmente, conta com 29 EES, encontrados tanto na área urbana quanto em áreas rurais. Porém, questiona-se a legitimidade destes empreendimentos enquanto experiências de socioeconomia solidária, pois não apresentam os princípios básicos da mesma. Neste sentido, apontam-se como principais objetivos do presente estudo a caracterização das formas e os principais lugares de comercialização dos Empreendimentos Econômicos Solidários, bem como o levantamento e a análise destes.

**Palavras-chave:** Socioeconomia Solidária; Comercialização; Empreendimentos Econômicos Solidários (EES); Uberlândia.

**Abstract:** The partnership economy as a possible alternative to generation of employment and income, which provides basic principles as the Self and collective work and the generation of an economic activity. The practice of partnership economy as an old phenomenon, taking home with the Industrial Revolution, however, there is a greater incentive to the other economy from decades of the twentieth century, mainly in Brazil. Under the partnership economy there is the marketing of products and services as the main sponsor of the activity Solidary Economic Enterprises and also as the main difficulty faced by these enterprises. In this regard, emphasizes that this trading occurs in different ways and in different locations. These characteristics can be observed in the municipality of Uberlandia has 29 Solidary Economic Enterprises, found both in urban as in rural areas. However, it questions the legitimacy of these enterprises as joint experiences of partnership economy, did present the basic principles of it. In this sense, are pointed out as main objectives of this study and the characterization of the main forms of marketing posts Enterprises Economic Solidarity, and analysis of the ESS.

**Keywords:** Partnership economy; Marketing; Solidary Economic Enterprises; Uberlandia.

---

<sup>1</sup> Instituto de Geografia – Universidade Federal de Uberlândia. . Avenida João Naves de Ávila, 2160. CEP: 38.400.000. Santa Mônica, Bloco 1H. renatadageo@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Professora Doutora e Coordenadora do Projeto de Pesquisa. Instituto de Geografia – Universidade Federal de Uberlândia. Avenida João Naves de Ávila, 2160. CEP: 38.400.000. Santa Mônica, Bloco 1H. gdgumiero@ras.ufu.br.

## INTRODUÇÃO

Entende-se por comércio o processo de trocas diretas ou indiretas, iniciado a partir do surgimento do excedente na produção, que se intensificou com a criação e a padronização de moedas, pesos e medidas e, também, pelo surgimento e desenvolvimento das cidades. Porém, mesmo antes da criação de moedas, produtos e mercadorias eram trocados por outros produtos, tendo como base a quantidade de horas de trabalho necessárias para a produção dos mesmos, de acordo com Marx (1974).

O desenvolvimento do comércio proporcionou o conhecimento bem como a aproximação entre culturas e povos diferentes, ocasionados principalmente pelas Cruzadas e pelas Grandes Navegações. Denota-se, portanto, a importância do comércio internacional para o desenvolvimento dos países. Nesse sentido, pode-se afirmar que a intensificação das atividades comerciais possibilitou um importante desenvolvimento econômico, principalmente, para os países pioneiros no comércio internacional, a exemplo de Portugal e Espanha nos séculos XV e XVI, ganhando destaque ainda nos dias atuais.

Com o advento da Revolução Industrial o comércio ganhou novo impulso, tendo em vista o excedente

gerado pela industrialização. Nesse sentido, fez-se necessário o surgimento de novas formas de distribuição para que os produtos industrializados fossem comercializados. Com o surgimento dos Bairros Operários, originados pela expansão industrial nas cidades, o comércio se expande para além das áreas centrais, abrindo filiais nestes novos espaços urbanos.

Segundo Singer (2002), é a partir da Revolução Industrial que surgem algumas experiências de socioeconomia solidária, quando alguns trabalhadores insatisfeitos com as condições de trabalho das indústrias se reuniram, formando as primeiras cooperativas, a fim de desenvolverem o trabalho coletivo e autogestionário. Tal momento pode ser considerado o embrião da socioeconomia solidária.

O comércio sempre esteve muito associado ao urbano, sendo que ao passo em que se intensificavam as atividades comerciais as cidades surgiam e se desenvolviam. A influência do comércio sobre as cidades nos últimos séculos ainda mostra-se muito evidente. Porém, nota-se também a influência da cidade nas atividades comerciais, tendo em vista que, na medida em que essas se desenvolvem e se modernizam, o comércio precisa se reinventar, criar novas formas para sobreviver num mercado cada vez mais

competitivo e inovador. Nesse sentido, o surgimento do auto-serviço, representado pelos super e hipermercados, foi uma das principais e mais inovadoras formas de distribuição de produtos, especialmente de gêneros alimentícios.

Outro fato a ser destacado, refere-se ao processo de deslocamento do comércio para diferentes áreas da cidade, sendo que, a princípio, a maioria das atividades comerciais localizava-se nas áreas centrais das cidades. Devido a alguns fatores como, por exemplo, infra-estrutura, acessibilidade, possibilidade de expansão, preço mais acessível, dentre outros, encontrados em áreas periféricas, há uma migração do comércio para tais áreas, o que não significa dizer que não há mais a presença do comércio nos centros urbanos. O que se observa, na maioria dos casos, é que nestas áreas atualmente evidencia-se a concentração e expansão de um comércio mais popular.

Nesse sentido, destaca-se o comércio como um dos agentes responsáveis por transformações no espaço, bem como no lugar que, ao longo do tempo, tem contribuindo para o desenvolvimento das cidades, estabelecendo relações entre o urbano e o rural. Na tentativa de acompanhar as modificações vividas pela cidade, surgem variadas formas de comercialização, destacando-se entre estas as modalidades

de auto-serviço, do comércio virtual, das lojas de conveniência, das franquias, *fast food*, e, mais recentemente, do comércio eletrônico, dentre outras.

Contudo, o comércio serve para acentuar diferenças socioeconômicas entre países, principalmente, entre os desenvolvidos e em desenvolvimento. Ao mesmo tempo, tem intensificado também as diferenças no interior das nações, contribuindo com injustiças relacionadas à distribuição de renda. Dessa forma, ressalta-se a necessidade da criação e a efetivação de alternativas referentes à inserção de uma maior parcela da população no mercado de trabalho, e também de redistribuição mais justa de renda, principalmente em países como o Brasil, com grandes problemas socioeconômicos.

Portanto, denota-se a importância da comercialização dos produtos e serviços resultantes da socioeconomia solidária, ou economia solidária, como forma de geração de emprego e renda e, também, como importante fonte geradora de uma redistribuição de renda mais justa e equitativa.

Há que se destacar que, tem sido bastante considerável o aumento pelo qual a socioeconomia solidária tem passado no atual Governo na maioria dos estados brasileiros. No estado de Minas Gerais, de acordo com os dados da Secretaria

Nacional de Economia Solidária (SENAES, 2008), comparando-se os dados do ano de 2005 (quando foram realizadas as pesquisas que deram origem ao Atlas de Economia Solidária) com os de 2007, esse crescimento foi muito expressivo, conforme veremos neste trabalho.

A comercialização ainda representa a maior dificuldade enfrentada pelos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Porém trata-se da principal fonte de renda desses empreendimentos, tendo em vista que, a maioria, tem como objetivo a comercialização de seus produtos. Desse modo, a presente pesquisa mostra-se necessária, uma vez que para a realização da mesma foram levantados e analisados dados e informações referentes à socioeconomia solidária no município de Uberlândia, além de um breve histórico sobre o seu desenvolvimento no Brasil e em Minas Gerais.

Neste sentido, destacam-se como objetivos desta pesquisa analisar a forma e o lugar de comercialização dos produtos e serviços da economia solidária no município de Uberlândia (MG), bem como identificar os principais empreendimentos localizados no município. Outro objeto de análise constitui-se na compreensão das principais dificuldades enfrentadas pelos produtores na comercialização das mercadorias que produzem e apontar possíveis alternativas.

Para atingir tais objetivos fez-se, inicialmente, um levantamento de dados acerca dos empreendimentos que praticam a Socioeconomia Solidária em Uberlândia. De posse destes dados foram realizados trabalhos de campo para alguns empreendimentos solidários a fim de conhecer a realidade dos mesmos. Posteriormente, fez-se um levantamento do referencial teórico referente à temática em questão, seguindo de pesquisas realizadas em diversas instituições ligadas a socioeconomia solidária. Para tanto, foram utilizados os dados da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e do Sistema de Informações em Economia Solidário (SIES); do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA); da Rede de Comercialização Solidária; da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária e outros.

Para atingir objetivos com fins didáticos e ilustrativos foram produzidos ainda, fotos, tabelas e quadros, dentre outros, o que possibilitou uma melhor compreensão do tema em questão.

No que concerne ao referencial teórico básico, na execução desta pesquisa foram utilizados vários trabalhos de grupos brasileiros que tem se dedicado aos estudos da Economia Popular Solidária, do Comércio Solidário e do Consumo Solidário. Entre estes destacam-se os

trabalhos de Cattani, A. D. (2003); Razeto, L. (1993); Singer, P. (2004) entre outros referenciados neste trabalho.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **A Socioeconomia Solidária e o Processo de Globalização**

A globalização é uma realidade no cotidiano dos cidadãos, porém a mesma ocorre de formas e intensidades diferentes, contribuindo para intensificar as desigualdades socioeconômicas e agravar a exclusão social. Trata-se de um processo antigo e que, atualmente, tornou-se mais freqüente no cotidiano da população de diversas regiões do mundo, inclusive no Brasil. A questão é que nem todos têm acesso aos benefícios advindos com a intensificação de tal processo.

Embora a noção de globalização econômica seja amplamente difundida, nota-se o quão seletivo é esse processo, contribuindo para a intensificação da exclusão social bem como para o aumento das discrepâncias socioeconômicas, principalmente em países com altos índices de concentração de renda, como o Brasil. Desse modo, cabe destacar que o processo de globalização é excludente e, por tal motivo, são criadas alternativas que visam mitigar os problemas enfrentados pelos cidadãos que não estão econômica e socialmente introduzidos no sistema econômico vigente.

Nesse sentido, Santos (2003), atenta para divergências existentes no processo de globalização. Segundo o autor, a globalização pode ser entendida de três formas distintas, a saber: “a globalização como fábula”, ou seja, a noção de globalização que os hegemônicos querem que a população acredite, tentando mascarar os problemas advindos com tal processo; “a globalização como perversidade”, significando a globalização como a mesma é de fato, gerando desigualdades e injustiças para a parcela da população que se encontra às margens do sistema econômico; e “a outra globalização”, que representa como esse processo deveria ser, alcançando a totalidade dos cidadãos de forma semelhante econômica, social, política e culturalmente.

Perante as dificuldades oriundas do sistema econômico vigente, bem como do processo de globalização, tornou-se necessário a busca por alternativas que visam solucionar o problema do desemprego e da miséria gerados por esta nova fase de internacionalização. Em meio a esse processo de globalização que privilegia apenas parcela da população, surge então a chamada socioeconomia solidária ou simplesmente economia solidária, que se caracteriza por ser uma opção para estabelecer novas formas de organização da sociedade.

Observa-se, assim, que a socioeconomia solidária não está ligada à lógica de mercado, como a economia tradicional que tem como característica a obtenção cada vez maior de lucro. Essa outra economia tem como preocupação central à questão social, porém não descarta a questão econômica, a política e a ambiental, buscando atender as necessidades básicas dos cidadãos.

Portanto, devido a fatores como a geração de trabalho e de renda, o trabalho coletivo e autogestionário, a distribuição de renda, a incorporação dos excluídos na sociedade, dentre outros, é que a socioeconomia solidária encontra-se em processo de expansão.

Diante do exposto, nota-se a existência de profundas relações existentes entre globalização e exclusão social, destacando-se a socioeconomia solidária como uma forma alternativa de inserção da população socialmente excluída no mercado de trabalho e, conseqüentemente, na sociedade. Neste sentido, a economia solidária será aqui retratada tendo como base os princípios de cooperação e de trabalho coletivo, diferenciando-se do sistema capitalista vigente, considerando o trabalhador, dando mais valor ao mesmo do que à sua força de trabalho. Trataremos a socioeconomia solidária como uma possível alternativa para a parcela da população excluída do mercado formal de

trabalho, valorizando as experiências de trabalho coletivo e autogestionário.

## **Definindo o conceito de Economia**

### **Solidária**

Entende-se por socioeconomia solidária algumas alternativas encontradas para minimizar problemas relacionados ao desemprego crescente, sendo também uma fonte de geração de renda, para parte da população que não é atendida pelo capitalismo ou pelas influências da globalização.

Neste sentido, observa-se que essa outra economia é sustentada por quatro princípios básicos, sendo eles: o trabalho coletivo, através de associações, cooperativas ou grupos informais, que sejam suprafamiliares; a solidariedade, cujos resultados do trabalho sejam divididos de maneira justa entre os membros do grupo (tendo como princípio o fato de que socioeconomia solidária não visa o lucro, e sim lida com o excedente ou a sobra); a autogestão, na qual os próprios membros do grupo devem gerir o empreendimento e, para que isso ocorra, devem eleger um líder para coordenar o trabalho; o desenvolvimento de uma atividade econômica, pois como o empreendimento, na maioria dos casos, é a única fonte de renda dos trabalhadores, deve ter como objetivo garantir que as necessidades básicas do cidadão sejam

atendidas, embora haja empreendimentos voltados para o autoconsumo.

Muitas discussões existem a respeito da socioeconomia solidária. Alguns pesquisadores defendem a idéia da economia solidária como uma forma de resistência ao sistema capitalista. Outros acreditam que a mesma vai de encontro ao próprio modo de produção, ou seja, que defende aos interesses do capitalismo. No presente trabalho, conforme mencionado anteriormente, adotamos a idéia de economia solidária como uma forma alternativa ao sistema econômico, capaz de suprir as necessidades básicas dos cidadãos e defendendo os interesses dos trabalhadores.

Dessa forma, pode-se ressaltar a economia solidária como uma realidade no cotidiano de muitas pessoas em diversos países do mundo, inclusive no Brasil. Entretanto, observa-se que, em alguns casos, ocorrem adaptações do modelo ideal proposto por alguns autores que concebem a socioeconomia solidária como uma verdadeira utopia. Desse modo, destaca-se o ideal proposto por Singer (2002, p. 10), para a economia solidária. Segundo ele,

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e do direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que

produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja produção, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda.

Cabe ressaltar ainda que, a socioeconomia solidária não se constitui como um modelo revolucionário para mudar ou subordinar o sistema atual, caracterizando-se apenas como um projeto que tem como objetivo estruturar uma alternativa econômica, social, política e cultural. Pois, paralelamente ao sistema capitalista, constata-se que existem formas alternativas que atendem e suprem as necessidades mínimas da parcela da população que se encontra à margem do modo de produção vigente. Nesse sentido, considera-se que a economia solidária não se constitui como a única forma de resistência ao capitalismo, visto que esse modo de produção nunca se apresentou como um modelo totalitário. Desde a instituição do capitalismo como modo de produção, sempre existiu uma parcela da sociedade que esteve a sua margem, pelo fato de que no capitalismo não há espaço para todos, pois são as desigualdades sociais e econômicas que asseguram sua sobrevivência.

Alguns fatores contemporâneos como, por exemplo, a incorporação de

tecnologias no processo de produção, a falência de empresas, as privatizações, e a globalização, estimulam experiências associativas e de autogestão, pois tais fatores contribuem para elevar as taxas de desemprego, em diversos países, desenvolvidos ou não.

De acordo com os dados da SENAES (2008), no Brasil, o número de pessoas envolvidas com a economia solidária, atualmente, ultrapassa um milhão em, aproximadamente, 20 mil empreendimentos econômicos solidários.

A expansão da economia solidária no país é muito interessante, pois demonstra a capacidade que as pessoas têm para encontrarem soluções capazes de gerar emprego e renda e diferentes relações de trabalho. No entanto, observa-se que essa expansão traduz ineficiências, principalmente por parte dos governantes, de garantir condições dignas de sobrevivência para a população.

Em relação à socioeconomia solidária, há de se considerar também que a mesma não diz respeito apenas às questões relativas ao mercado de trabalho. Ela constitui-se como uma nova visão social onde os trabalhadores, a partir das experiências coletivas e de autogestão, não somente apreendem sobre o ato de produzir como, também, entram em contato com uma outra realidade, pautada em princípios não valorizados no

capitalismo como, por exemplo, a noção de solidariedade e de trabalho coletivo.

Dentro da perspectiva dessa outra economia encontram-se diferentes formas de organização do trabalho coletivo, sendo os mais comuns: os grupos informais, desprendidos da documentação formal exigida para estabelecimentos; as associações e as cooperativas. Dentre essas organizações de trabalho as que mais se destacam na economia solidária são as cooperativas. Nelas o conceito chave é a cooperação, pois agrega valores de colaboração e ajuda mútua.

Diante de todas as desigualdades geradas pelo modo de produção capitalista, faz-se necessário pensar e colocar em prática alternativas que possam inserir uma maior parcela da população no mercado de trabalho com o objeto de gerar uma nova fonte de renda, diminuindo, assim, as injustiças vivenciadas por séculos.

### **A Socioeconomia Solidária e o “Circuito Inferior”**

Pesquisadores de várias áreas desenvolvem, ou já desenvolveram, trabalhos referentes a socioeconomia solidária. Alguns, porém, não utilizam esta denominação, como ocorre com o geógrafo Milton Santos. Segundo este autor (2008, p. 26), a economia urbana encontra-se dividida em dois setores, sendo eles: “o circuito superior” e “o circuito inferior”.

Estes circuitos, segundo Santos, são responsáveis tanto pelo processo econômico quanto pelo processo de organização do espaço definindo-os como:

O circuito superior originou-se diretamente da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos hoje são os monopólios. O essencial de suas relações ocorre fora da cidade e da região que os abrigam e tem por cenário o país ou o exterior. O circuito inferior, formado de atividades de pequena dimensão e interessado principalmente às populações pobres, é, ao contrário, bem enraizado e mantém relações privilegiadas com sua região. (SANTOS, 2008, p.22)

Particularmente, em relação ao circuito informal, Santos destaca ainda que:

É necessário doravante levar em conta o circuito inferior como elemento indispensável à apreensão da realidade urbana e encontrar medidas a serem adotadas para atribuir a esse circuito uma produtividade mais elevada e um crescimento sustentado, ao mesmo tempo conservado o seu papel de fornecedor privilegiado de empregos. É nessa perspectiva que se deve velar por uma adequada regulação da dialética dos dois circuitos nas cidades e no sistema de cidades. [...] O circuito inferior compreende as atividades de fabricação tradicionais, como o artesanato, assim como os transportes tradicionais e a prestação de serviços. (SANTOS, 2008, p. 23 – 24)

A partir das definições apresentadas por Santos para o circuito inferior,

observam-se grandes semelhanças entre o mesmo e a socioeconomia solidária, uma vez que ambos defendem a idéia da geração de trabalho para os cidadãos que são excluídos do mercado formal de emprego; destacando-se também a complementaridade dos dois circuitos da economia, como acontece com a economia solidária, aqui apresentada como uma alternativa às desigualdades geradas pelo modo capitalista de produção.

Ainda com relação ao circuito inferior, Santos (2008, p. 40), ressalta que “o circuito inferior é constituído essencialmente por formas de fabricação não-‘capital intensivo’, pelos serviços não-modernos fornecidos ‘a varejo’ e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão”.

Porém, em relação à socioeconomia solidária, observa-se a existência de alguns empreendimentos responsáveis por grandes produções. Constata-se ainda, em alguns casos, a exportação de produtos solidários e, até mesmo, EES formados por indivíduos que possuem um elevado nível de escolaridade, embora tais exemplos não se configurem na totalidade das experiências de economia solidária.

Contudo, deve-se ressaltar que a essência da socioeconomia solidária já era analisada antes mesmo dessa denominação, que teve origem nas últimas décadas do século XX. E que, assim como os circuitos

da economia, a socioeconomia solidária não se restringe apenas ao fator econômico, mas também se volta para questões sociais, ambientais e culturais, como já mencionado.

### **Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e a Expansão da Socioeconomia Solidária**

De acordo com dados da SENAES (2008), a situação de Minas Gerais em relação à socioeconomia solidária sofreu algumas alterações no período de 2005 a 2007. Sendo que, no ano de 2005 o estado ocupava a 3ª posição no ranking de números de Empreendimentos Econômicos Solidários da Região Sudeste, quando representava 14% do total da região, ficando à frente apenas do estado do Espírito Santo. Porém, de acordo com os dados da Secretaria de Economia Solidária de 2007, Minas Gerais passou a constituir-se como o segundo estado do Sudeste com maior número de EES, sendo superado apenas pelo estado do Rio de Janeiro.

Atualmente, Minas Gerais possui um total de 1.236 empreendimentos, espalhados por 199 municípios. Tendo em vista a grande dimensão territorial do estado mineiro, bem como o elevado número de municípios pertencentes ao mesmo, compreendendo um total de 853, constata-se que, embora o Atlas da SENAES contribua significativamente para análises relacionadas a socioeconomia

solidária, o mesmo ainda não consegue abranger todos os EES existentes no estado. Tal fato pode ser explicado em razão de que muitas pessoas praticam a socioeconomia solidária sem saber do que se trata, ou seja, não conhecem a denominação que foi dada às suas atividades, embora conheçam, na prática, os princípios dessa outra economia.

Conforme pode ser observado no Quadro 1, em algumas mesorregiões de Minas Gerais a socioeconomia solidária apresenta maior destaque. É o caso, por exemplo, da Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, com mais de 280 empreendimentos, seguida pelo Norte de Minas com 214, Vale do Jequitinhonha com 157, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba com 113 e Sul e Sudoeste Mineiro com 105 empreendimentos. A Mesorregião Oeste também não apresenta um número significativo de EES, quando comparada outras do estado, tendo apenas 34 empreendimentos. Em outras localidades, como exemplo a Mesorregião Central, o número de empreendimentos não é tão significativo, onde apenas dois estabelecimentos de socioeconomia solidária foram encontrados. Assim sendo, existem mesorregiões de Minas Gerais em que o cooperativismo é mais representativo, devendo-se, dentre outros fatores, a questões histórico-culturais que favorecem as experiências de

socioeconomia solidária. Porém, em algumas localidades constatou-se a falta de ações coletivas, nelas não há, por exemplo, a valorização do trabalho em grupo e de outros princípios defendidos pela socioeconomia solidária, o que dificulta a identificação das experiências existentes e, até mesmo, impede que grupos solidários sejam criados.

Os empreendimentos localizados nas mesorregiões Metropolitana de Belo

Horizonte, Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha, são mais representativos, mais conhecidos e mais beneficiados pelos projetos de apoio à socioeconomia solidária. Isso se deve, entre outros fatores, às condições econômicas, de pobreza e de miséria, além de questões culturais, pois nelas existe o espírito cooperativista e coletivista mais arraigado.

Mesorregiões de Minas Gerais	Número de EES
Central Mineira	2
Oeste de Minas	34
Zona da Mata	79
Vale Rio Doce	80
Vale do Mucuri	82
Noroeste de Minas	89
Sul Sudoeste de Minas	105
Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	113
Jequitinhonha	157
Norte de Minas	214
Metropolitana de Belo Horizonte	281
<b>TOTAL</b>	<b>1.236</b>

**Quadro 1**

**Minas Gerais: Quantidade de Empreendimentos por Mesorregiões, 2008.**

Fonte: SENAES, 2008.

Em relação à Mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, conforme salientado anteriormente, em 2005 o Atlas de Economia Solidária não apresentava nenhum Empreendimento Econômico Solidário. De acordo com os dados fornecidos pelo Atlas de 2007, essa Mesorregião contava com 113 EES.

No que se refere à prática, tanto do trabalho coletivo quanto da própria

economia solidária, observam-se mudanças em relação ao comportamento de algumas mesorregiões mineiras relacionadas, dentre outros fatores, ao aumento do desemprego e a maior necessidade de geração de renda.

No Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba os Empreendimentos Econômicos Solidários não são tão significativos e fáceis de serem identificados devido a forma que a

socioeconomia solidária tem sido praticada. A partir dessas análises, cabem algumas reflexões a respeito do lugar e das formas de comercialização, conforme se segue.

### **A Relação Campo x Cidade e a Socioeconomia Solidária**

A relação campo e cidade pode ser entendida como uma relação de dependência. Porém, essa dependência varia ao longo do tempo. Anteriormente, o campo era visto como produtor de matérias-primas e a cidade era considerada como o local de consumo e industrialização de produtos. Embora essa situação atualmente ainda ocorra, muitas modificações aconteceram tanto na área rural quanto na área urbana. A instalação de Complexos Agroindustriais (CAIs) e o desenvolvimento de atividades não rurais no campo, são algumas dessas transformações.

Contudo, a comercialização de produtos no meio rural ainda enfrenta dificuldades. Dessa forma, é na cidade que a comercialização é feita com sucesso. Isso também ocorre em relação à socioeconomia solidária.

Neste sentido, embora, de acordo com os dados contidos no Quadro 2, o maior número de empreendimentos econômicos solidários identificados e

localizados nos municípios da Mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, esteja localizado em áreas urbanas (55 EES), deve-se considerar a expressiva existência de tais empreendimentos em áreas rurais, totalizando 40. Há de se considerar também que, para que as experiências de socioeconomia solidária se consolidem, alguns Empreendimentos Econômicos Solidários conciliam atividades em áreas rurais e urbanas.

Ainda de acordo com o Quadro 2, o município de Uberlândia destaca-se por apresentar os maiores números de EES no meio urbano e no meio rural e urbano, totalizando, respectivamente, 14 e 6 EES, em relação aos demais municípios contemplados no referido quadro.

Analisando o número de empreendimentos de socioeconomia solidária nas áreas rurais de Uberlândia, também a situação do município merece destaque em relação aos demais, com um total de nove empreendimentos, ficando atrás apenas do município de Patos de Minas, que apresenta um total de 10 EES na área rural.

<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>RURAL</b>	<b>URBANO</b>	<b>RURAL E URBANO</b>
Abadia dos Dourados	1	0	0
Araguari	4	4	0
Araxá	0	3	2
Campina Verde	2	0	1
Capinópolis	0	1	2
Carmo do Paranaíba	0	5	0
Comendador Gomes	2	0	0
Estrela do Sul	0	2	0
Frutal	0	1	0
Grupiara	0	2	0
Ibiá	2	0	0
Indianópolis	1	0	0
Ituiutaba	0	0	2
Monte Carmelo	4	3	0
Patos de Minas	10	13	1
Patrocínio	0	1	0
Perdizes	2	0	0
Prata	1	0	0
Serra do Salitre	1	0	0
Tiros	1	0	0
Tupaciguara	0	0	1
Uberaba	0	6	3
Uberlândia	9	14	6
<b>TOTAL</b>	<b>40</b>	<b>55</b>	<b>18</b>

**Quadro 2:**

**Mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: Número de EES, por Município (2007)**

Fonte: SENAES, 2009.

Destacam-se também no Quadro 2, municípios que apresentam apenas um Empreendimento Econômico Solidário como ocorre, por exemplo, em Abadia dos Dourados, Indianópolis, Prata, Serra do Salitre e Tiros, sendo que estes empreendimentos estão localizados em áreas rurais. Já os municípios de Frutal e Patrocínio também apresentam apenas um EES, porém, estes se localizam nas áreas urbanas.

Cabe destacar que, mesmo nos casos em que a produção da socioeconomia solidária ocorra, exclusivamente, no meio rural, a comercialização se dá, principalmente, em áreas urbanas, intensificando e fortalecendo a relação entre o campo e a cidade.

**A Comercialização dos Produtos e Serviços da Socioeconomia Solidária**

Diante de todo o processo de expansão da economia solidária no país, destaca-se também o crescimento da comercialização dos produtos e serviços da mesma tanto no Brasil quanto, em particular, no estado de Minas Gerais. Porém, conforme já salientado, a fase da comercialização é apontada pela maioria dos Empreendimentos Econômicos Solidários como a mais difícil etapa enfrentada por esses empreendimentos, seguida pela obtenção de crédito necessário para manter as atividades desenvolvidas pelos mesmos, segundo dados do Sistema de Informação em Economia Solidária (SIES, 2009).

Em relação à comercialização, encontram-se na economia solidária diferentes maneiras de se intercambiar os produtos, variando de um empreendimento para outro. Ou seja, a forma como os produtos são vendidos é escolhida pelo próprio empreendimento, levando em consideração as características apresentadas pelo mesmo. Muitos empreendimentos são bem estruturados e, portanto, o processo de comercialização é facilitado. Alguns possuem lojas próprias para a venda, porém, nem todos os grupos de trabalho dispõem de muitos recursos e, assim, apresentam maior dificuldade para a comercialização. Por isso, alguns produtos da socioeconomia solidária acabam sendo vendidos como produtos tradicionais, não

sendo diferenciados e, por isso, algumas vezes, não podem ser mais valorizados pelos consumidores conscientes de seu papel enquanto agentes responsáveis pela redistribuição de renda.

Entre as principais formas ou locais de comercialização destacam-se: as lojas de comércio solidário, as feiras (feiras livres ou feiras de economia solidária), as lojas convencionais, os próprios empreendimentos e as lojas de produtores, também, em alguns casos, conhecidas como Casa do Artesão.

No que se refere às lojas de comércio solidário, observou-se uma contradição. Devido ao fato de que o comércio solidário tem como princípio inserir o pequeno produtor no mercado, o que de fato ocorre, pois cria oportunidades de comercialização de produtos diferenciados que não são valorizados no mercado tradicional. Porém, exclui muitos que não possuem condições financeiras de adquirir tais produtos. Outro fator contraditório é o fato de que as lojas de comércio solidário fazem o papel de atravessadores, prática que é condenada pelos princípios do comércio solidário. Na maioria dos casos, trata-se de lojas modelo exportação, onde os preços praticados não condizem com a realidade econômica do Brasil, pois os produtos são muito caros, embora sejam produtos originais e de boa qualidade. Nas lojas de comércio justo os

principais produtos comercializados são, principalmente, artesanato e produtos alimentícios diferenciados, como produtos orgânicos e caseiros.

As feiras constituem-se como um dos principais locais de comercialização dos produtos econômicos solidários, caracterizando-se como uma válvula de escape para os pequenos produtores, devido às dificuldades que esses encontram no momento da comercialização. Durante as feiras os produtores podem comercializar seus produtos como resultantes da socioeconomia solidária, o que permite uma maior valorização das mercadorias, além de garantir a aproximação entre produtores e consumidores. Porém, o que ocorre é que na comercialização em feiras livres o produto da socioeconomia solidária não é diferenciado dos demais. Dessa forma, os produtores são prejudicados, tendo em vista que o processo de produção é diferenciado, o que torna, em muitos casos, mais o torna mais oneroso, além disso, o resultado das vendas é dividido entre o grupo.

Algumas instituições que apóiam a economia solidária como a Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES), o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e os fóruns regionais de economia solidária incentivam a realização de feiras exclusivas de

economia solidária, pois vêm nelas uma boa oportunidade de comercialização dos produtos. Diante disso, foi estabelecido um programa nacional que apóia a realização de feiras em nível estadual, presente em 22 estados brasileiros e no Distrito Federal. Além dessas feiras estaduais, o programa de promoção do comércio solidário também incentiva as feiras de âmbito nacional. Porém, nem todos os produtores têm condições de expor seus produtos em feiras específicas de socioeconomia solidária, por isso, a comercialização de produtos econômicos solidários, ou seja, produtos feitos seguindo alguns princípios específicos como a preocupação ambiental e social, são comercializados juntamente como produtos tradicionais.

Outra forma de comercialização dos produtos solidários é a que ocorre em lojas convencionais, sendo que esses produtos podem ou não ser identificados como resultantes da economia solidária. Como exemplos, destacam-se algumas lojas da rede O Boticário e algumas lojas da rede de supermercados Pão de Açúcar, as quais comercializam produtos alimentícios.

Apesar de todos esses modos de comercialização, a forma de venda mais comum dos produtos da socioeconomia solidária ocorre nos próprios empreendimentos, mesmo que estes não possuam lojas em suas dependências.

Alguns consumidores têm adquirido o costume de ir até os empreendimentos podendo, assim, observarem a forma como os produtos solidários são produzidos.

Existem também lojas de associações de artesãos que adotam princípios da socioeconomia solidária e de comércio solidário. Essas lojas, em diferentes municípios, são designadas por “Casa do Artesão” e comercializam, além do artesanato, produtos alimentícios e bebidas, como licores e cachaça. Nestas lojas são os produtores que produzem e expõem seus produtos para a comercialização. Para isso os artesãos pagam uma contribuição mensal para a loja. Além dessa quantia mensal exigida para a exposição, cerca de 10% do valor de cada peça vendida também fica com a loja que utiliza esse dinheiro para cobrir gastos como aluguel, energia, contratação de funcionários e outros.

Em Uberlândia, observou-se que a comercialização dos produtos da socioeconomia solidária ocorre somente nos próprios empreendimentos, conforme veremos a seguir.

### **As Experiências de Economia Solidária Existentes em Uberlândia (MG)**

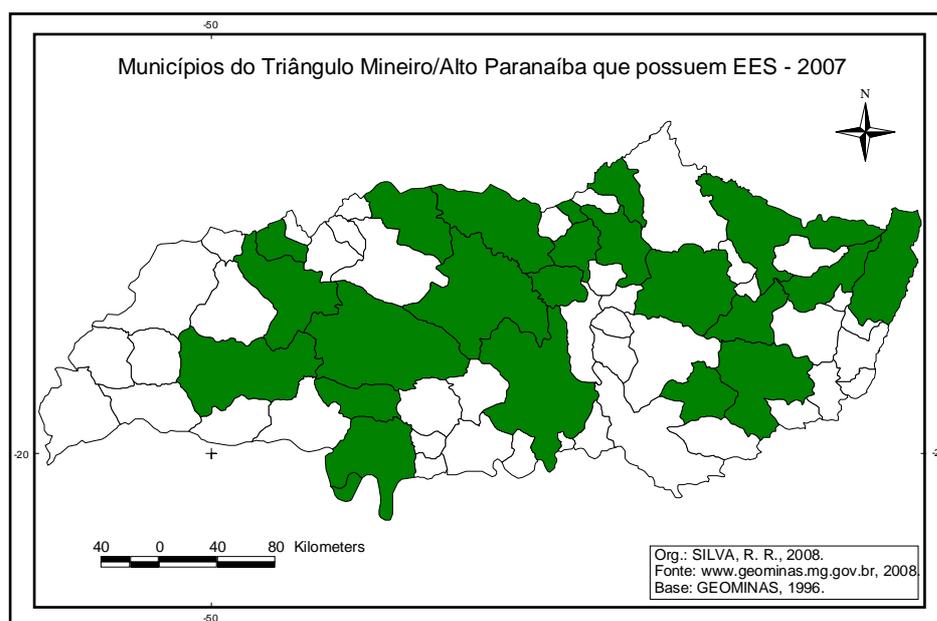
Dos 66 municípios localizados na Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, foram encontrados EES apenas em 23 municípios, conforme demonstra o

Mapa 1. Uberlândia destaca-se na mesorregião com uma total de 29 EES, distribuídos em áreas urbanas e rurais, como já mencionado.

Em relação à prática da socioeconomia solidária em Uberlândia pode-se ressaltar que, apesar do município não apresentar muita tradição em diferentes relações sociais e de trabalho. Essa outra forma de economia tem ganhado espaço na cidade e nas áreas rurais, principalmente pela adesão daquelas pessoas que não se enquadram nas normas exigidas pelo mercado de trabalho formal, mas que necessitam desenvolver alguma atividade que gere renda e que garanta que as necessidades básicas sejam atendidas.

Nesse sentido, observa-se a diversificação dos Empreendimentos Econômicos Solidários de Uberlândia, tanto em relação ao que os mesmos produzem, como também em relação à comercialização desses produtos.

A maioria dos EES encontrados no município está relacionada à produção de gêneros alimentícios, sejam estes de origem agrícola como, por exemplo, a produção e comercialização de mandioca, feijão, frutas, legumes e verduras; sejam outros produtos como, queijo, rapadura, doces, que despendem mais trabalho e mão-de-obra para serem produzidos.



**Mapa 1:**  
**Mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba – 2007.**

Fonte: SENAES, 2008.

Além desses produtos, destaca-se também a produção de artesanato nos EES, sendo que todos eles estão localizados na área urbana de Uberlândia, o que facilita a comercialização. São comuns à economia solidária empreendimentos ligados à reciclagem e essa realidade não é diferente na cidade em questão. Porém o número de EES com tal finalidade é pequeno, tendo em vista que existem muitos catadores e até mesmo pequenas empresas que fazem esse trabalho no município.

Em Uberlândia, encontram-se também alguns empreendimentos que não comercializam produtos, mas prestam serviço a terceiros, é o que ocorre, por exemplo, com as lavanderias comunitárias

existentes nos bairros Tibery, Roosevelt, Lagoinha, que lavam e passam roupas. Outra cooperativa de prestação de serviço que chama atenção na cidade é Cooperativa dos Trabalhadores da Construção Civil de Uberlândia, que reuni profissionais com capacitação para a construção de vários tipos de imóveis.

No que se refere à comercialização dos produtos e serviços da economia solidária, constatou-se que em Uberlândia a maioria destes é vendida, sendo que em alguns EES os produtos se destinam ao autoconsumo dos próprios sócios.

Dos empreendimentos que têm como principal finalidade à comercialização dos produtos, a maior

parte realiza a venda direta ao consumidor nos próprios locais de produção, destacando-se também o comércio local ou municipal como destino final da produção, conforme dados do Ministério do Trabalho e Emprego. (MTE, 2009)

Contudo, nota-se a precariedade de informações e de trabalhos realizados sobre a economia solidária em Uberlândia. Pode-se salientar também que vários Empreendimentos Econômicos Solidários levantados pela SENAES não apresentam algumas das características essenciais à economia solidária. Porém, ainda assim, é bastante considerável a expansão dessa outra economia na Mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e, em especial, no município de Uberlândia, que concentra o maior número que empreendimentos da referida mesorregião.

### **Os Empreendimentos Econômicos Solidários no Município de Uberlândia (MG)**

De acordo com dados do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES, 2009), e também segundo dados da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES, 2009), encontram-se no município de Uberlândia um total de 29 Empreendimentos de Economia Solidária. Desta forma, Uberlândia destaca-se por ser o município que apresenta o maior número

de EES na Mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

Através da análise do Quadro 3 observa-se que a maioria dos produtos produzidos pelos Empreendimentos Econômicos Solidários de Uberlândia corresponde a alimentos. Destes, grande parte são referentes à produtos agrícolas como, por exemplo, leite e seus derivados, legumes, verduras e cereais. Outros produtos que se destacam são os artesanais. Do total de 29 EES no município, seis são voltados para a produção de artesanatos, principalmente no segmento cama, mesa e banho, de acordo com dados do site “Farejador da Economia Solidária” (2009).

Os empreendimentos de socioeconomia solidária não se limitam a produção de determinados produtos, abrangendo também a prestação de serviços. Assim, ressalta-se também a importante participação dos EES de Uberlândia ligados ao serviço de lavadeira, totalizando cinco empreendimentos, conforme se observa no quadro seguinte.

Ainda em relação aos EES no município de Uberlândia destaca-se a Cooperativa dos Trabalhadores da Construção Civil, por ser o único empreendimento deste segmento não apenas no município como também em toda a Mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

EMPREENDIMENTOS	PRODUTOS/SERVIÇOS OFERECIDOS
Acampamento Chuvas do Amanhecer	Feijão, Milho, Mel
Apiário WGL	Mel
Associação Alimentar	Alimentos
Associação Campo Brasil	Leite, Milho, Legumes, Verduras
Associação com Treinamentos Alternativos e Orientação à Saúde Cícero do Juazeiro	Legumes, Verduras, Plantas Medicinais
Associação das Famílias Assentadas da Fazenda Paciência - Uberlândia	Leite, Feijão, Milho
Associação de Trabalhadoras do P.A. Nova Tangará - Uberlândia	Não classificado
Associação dos Assentados da Fazenda Nova Palma	Leite, Mel, Queijo
Associação dos Assentados da Fazenda Rio das Pedras - Uberlândia	Mel, Queijo, Rapadura
Associação dos Trabalhadores Rurais Zumbi dos Palmares	Frutas, Leite, Legumes, Verduras
Associação Tangará do Cerrado - Uberlândia	Feijão, Milho, Mandioca
Associação Terra, Trabalho e Liberdade - Uberlândia	Feijão, Mandioca, Legumes, Verduras
Associação Unidos do Assentamento José dos Anjos	Mandioca, Queijo, Pimenta
Centro de Formação de São Francisco de Assis	Artesanato
Cepros – Centro de Promoção e Educação e Assistência Social de Uberlândia	Lavar e passar roupas
Clube de Mães Santa Edwiges - Uberlândia	Artesanato
Cooperativa Agropecuária Mista do Assentamento Nova Tangará	Frango, Ovos
Cooperativa de Recicladores de Uberlândia - CORU	Material Reciclado
Cooperativa dos Trabalhadores da Construção Civil de Uberlândia	Barracão, Casas, Prédio
Cooperdoces - Uberlândia	Bombons
Couro Ação	Artesanato
Feira de Alimentos Naturais	Doces cristalizados, Frutas, Queijo
Lavanderia Comunitária Centro de Bairro Lagoinha - Uberlândia	Lavar e passar roupas
Lavanderia Comunitária do Roosevelt - Uberlândia	Lavar e passar roupas
Lavanderia Comunitária Tibery - Uberlândia	Lavar e passar roupas
Lavanderia Marta Helena - Uberlândia	Lavar e Passar roupas
Mãos Trabalhando	Artesanato
Meninas que Produzem Crochê - Uberlândia	Artesanato
Não informado - Uberlândia	Artesanato

### Quadro 3

#### Empreendimentos Econômicos Solidários do Município de Uberlândia (MG), 2008

Fonte: Fórum Brasileiro de Economia Solidária (2008); Farejador da Economia Solidária, FBES, 2009.

Org.: SILVA, R. R., 2009.

De acordo com dados da SENAES (2009), a maioria dos Empreendimentos Econômicos Solidários existentes em Uberlândia, ou seja, 19 do total de 29 EES, surgiu no período de 2001 a 2007. Em relação à forma de organização de tais empreendimentos destaca-se que, 14 destes correspondem a grupos informais, 13 estão organizados segundo os critérios de associações e, o restante, isto é, dois EES correspondem a cooperativas.

No que concerne ao local em que os empreendimentos solidários estão inseridos ressalta-se que, 14 destes estão presentes em áreas urbanas, nove em áreas rurais e seis desenvolvem atividades tanto em áreas rurais quanto em áreas urbanas.

Ainda segundo dados da SENAES (2009), os principais objetivos que ocasionaram o surgimento ou criação de EES em Uberlândia foram à alternativa ao desemprego, seguido pelo desenvolvimento de atividades em que todos são donos, e pelo desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades.

Conforme salientado anteriormente, um dos princípios básicos da economia solidária consiste no trabalho coletivo. Desta forma, também através de dados da SENAES (2009), destaca-se que o que é realizado de maneira coletiva em grande parte dos Empreendimentos Econômicos Solidários de Uberlândia referem-se à

produção, seguida pelo uso de equipamentos e comercialização.

Diante dos dados fornecidos pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (2009), disponíveis no site “Farejador da Economia Solidária”, e, também pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), referentes aos Empreendimentos Econômicos Solidários do município de Uberlândia, deve-se questionar se tais empreendimentos podem ser realmente classificados como experiências de socioeconomia solidária, uma vez que a maioria destes não apresenta os princípios básicos norteadores desta outra economia, de acordo com o que foi observado nos trabalhos de campo realizados no decorrer da pesquisa, e até mesmo pelos dados fornecidos pela SENAES e pelo FBES.

Neste sentido, destaca-se que, de todos os EES levantados no município de Uberlândia um dos únicos que apresenta todos os princípios de economia solidária, mencionados anteriormente, como, por exemplo, trabalho coletivo e autogestionário e geração de renda, é a Cooperativa de Recicladores de Uberlândia (CORU).



**Figura 1: Cooperativa de Recicladores de Uberlândia (C.O.R.U.)**

Fonte: CIEPS, 2009. Disponível em [www.proex.ufu.br/CIEPS](http://www.proex.ufu.br/CIEPS).

A CORU, Figura 1, iniciou suas atividades no ano de 2003, no bairro Ipanema da cidade de Uberlândia, tendo como principal objetivo a coleta e a comercialização de materiais recicláveis no município. A cooperativa apresenta, atualmente, 44 cooperados que participam das decisões do empreendimento, caracterizando o trabalho coletivo e autogestionário, característicos da economia solidária. Ressalta também que a CORU recebe auxílio do Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (CIEPS), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Cabe destacar que a classificação de Empreendimentos Econômicos Solidários depende, em muitos casos, da apreciação do pesquisador, tornado-se

subjetiva, embora haja parâmetros que caracterizam e definem as práticas de economia solidária. Tal fato dificulta e compromete algumas pesquisas referentes à socioeconomia solidária, tendo em vista que não se pode confiar totalmente nos dados relacionados a esta outra economia, sendo necessária a apuração destas informações, o que foi feito na presente pesquisa, conforme se segue.

### **A Comercialização dos Produtos e Serviços da Socioeconomia Solidária no Município de Uberlândia**

A comercialização dos produtos e serviços da socioeconomia solidária constitui-se numa das principais atividades mantenedoras dos Empreendimentos Econômicos Solidários, uma vez que é

através da comercialização que os empreendimentos garantem a geração de renda e a redistribuição desta para os sócios.

Desta forma, observa-se que, na maioria dos EES, as atividades são todas, ou pelo menos a grande parte, destinada à comercialização. Salienta-se, no entanto, que também existem empreendimentos voltados para o autoconsumo dos sócios.

No município de Uberlândia esta realidade é observada tendo em vista que, em relação ao destino final dos produtos ou serviços da socioeconomia solidária na maioria dos casos, ou seja, em 22 dos 29 empreendimentos encontrados no município, os produtos são vendidos, já em outros seis EES parte dos produtos é comercializada e parte é destinada ao autoconsumo dos sócios, de acordo com dados da Secretaria Nacional de Economia Solidária (2009).

Em relação à forma com os produtos e serviços são comercializados em Uberlândia ressalta-se que a venda direta ao consumidor é observada na maioria dos empreendimentos solidários, ou seja, em 23 destes. Esta comercialização destina-se principalmente ao comércio local (como ocorre em 17 Empreendimentos Econômicos Solidários) e ao comércio municipal (9 EES).

Os empreendimentos do município apresentam dificuldades relacionadas aos

espaços destinados à comercialização. A maioria dos mesmos não possui espaços destinados a esta prática. Em 14 EES ocorre à entrega direta aos consumidores, em quatro EES a comercialização ocorre em feiras e, apenas, três empreendimentos dispõem de espaços próprios ou lojas para a venda dos produtos, de acordo com os dados da SENAES (2009).

Assim como acontece na maioria dos municípios brasileiros que possuem experiências de socioeconomia solidária, o município de Uberlândia também apresenta dificuldades relacionadas à comercialização dos produtos e serviços da economia solidária. Em 16 empreendimentos pesquisados em Uberlândia constatou-se a dificuldade em encontrar quantidade suficiente de consumidores para os produtos e serviços da economia solidária. Também foram apontadas dificuldades referentes à manutenção e regularidade do fornecimento de produtos, destacando-se também as referentes à estrutura para a comercialização, isto é, espaço e equipamentos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A socioeconomia solidária apresenta como principal objetivo a geração de trabalho e renda para a parcela da população que se encontra à margem do mercado formal de emprego, inserindo

estes trabalhadores na economia tanto do município quanto do próprio país. Embora, tenha objetivos concretos e necessários para o crescimento econômico e o desenvolvimento do país, no Brasil, apenas no primeiro mandato do Governo Lula da Silva é que a socioeconomia solidária passou a ser reconhecida, principalmente a partir da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

Contudo, mesmo apesar deste incentivo, observa-se a necessidade de políticas públicas voltadas para esta outra economia, principalmente, em relação à qualificação necessária aos membros dos Empreendimentos Econômicos Solidários.

É necessário também que as práticas da socioeconomia solidária sejam difundidas e divulgadas, a fim de que mais pessoas se insiram ou se re-insiram no mercado de trabalho.

Entretanto, ao mesmo tempo em que a expansão da socioeconomia solidária constitui-se como um fator interessante, tendo em vista que demonstra a capacidade que as pessoas têm para encontrarem soluções capazes de gerar, não apenas, trabalho e renda, mas também diferentes relações de trabalho, por outro lado, essa expansão traduz ineficiências, por parte dos governantes, de garantir condições dignas de sobrevivência para a população.

Cabe ressaltar a importância da comercialização dos produtos e serviços da

socioeconomia solidária para a manutenção dos Empreendimentos Econômicos Solidários, tendo em vista que é a comercialização que garante a geração de renda aos empreendimentos.

Muitas dificuldades são encontradas quando se trata da socioeconomia solidária. Tais dificuldades não fazem parte apenas da realidade dos trabalhadores praticantes desta outra economia, estão presentes também no cotidiano daqueles que desenvolvem estudos e pesquisas referentes a esta temática, isto ocorre devido à dificuldade na obtenção de informações e aos equívocos em alguns dados disponíveis.

Portanto, faz-se necessário uma análise mais aprofundada dos dados referentes aos Empreendimentos Econômicos Solidários, tendo em vista que alguns empreendimentos são assim classificados sem, de fato, pertencerem às experiências de socioeconomia solidária.

Cabe salientar que o equívoco no número de Empreendimentos Econômicos Solidários não ocorre por parte dos integrantes destes empreendimentos. Na maioria dos casos esses erros ficam por parte dos pesquisadores que não levam em consideração os princípios básicos da economia solidária para classificar tais empreendimentos.

Por conseguinte, mesmo diante de tantas dificuldades e problemas, destaca-se

a importância que os Empreendimentos Econômicos Solidários apresentam no âmbito da socioeconomia solidária. Muitos desses empreendimentos são os próprios responsáveis pela fase de comercialização de produtos e serviços desta outra economia e, por conseguinte, garantem a geração de renda necessária a muitos trabalhadores que praticam a economia solidária.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Uma Geografia para o Século XXI**. Campinas, Papirus, 1994.

**Atlas de Economia Solidária 2005** - Sistema de Informações em Economia Solidária, disponível em: <[www.sies.mte.gov.br](http://www.sies.mte.gov.br)>. Acesso em 14 de junho de 2009.

**Catálogo - trabalhadoras rurais (2007)**. IV Feira Nacional de Agricultura familiar e Reforma Agrária.

CATTANI, A. D. (org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Voraz Editores, 2003.

**Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (CIEPS)**. Disponível em: <[www.proex.ufu.br/CIEPS](http://www.proex.ufu.br/CIEPS)>. Acesso em 10 de junho de 2009.

CLEPS, G. D. G.; SILVA, R. R. Comércio Solidário, algumas reflexões. In: **Comunicação Científica – I Encontro Nacional de Grupos PET Geografia**. Uberlândia – MG, 2006.

\_\_\_\_\_. As Redes do comércio solidário em Minas Gerais. In: **Comunicação**

**Científica – XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Rio de Janeiro – RJ, 2006.

\_\_\_\_\_. A realidade do comércio solidário em Minas Gerais. In: **Comunicação Científica – III Simpósio Internacional de Geografia Agrária**. Londrina – PR, 2007.

\_\_\_\_\_. O desenvolvimento do comércio solidário em Minas Gerais. In: **Comunicação Científica – III Semana Acadêmica**. Uberlândia – MG, 2006.

**Farejador da Economia Solidária (Fórum Brasileiro de Economia Solidária)**. Disponível em: <[www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=3748&Itemid=215](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3748&Itemid=215)>. Acesso em 10 de julho de 2009.

**Fórum Brasileiro de Economia Solidária**. Disponível em: <[www.fbes.org.br](http://www.fbes.org.br)>. Acesso em 14 de junho de 2009.

FRANÇA, G.; DIZIMIRA, S. Economia e Dívida. In: **Organizações & Sociedade**. V. 16, n 14, p. 141-183, jan/abr 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em 10 de junho de 2009.

MARX, K. Introdução [à crítica da Economia política]. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. vol. XXXV.

MELO, A. P. G. de. Agricultura Familiar e Economia Solidária: as experiências em gestão de bens comuns e inserção nos mercados por organizações rurais do Estado de Minas Gerais. Dissertação. Lavras, 2005.

Ministério do Trabalho e Emprego. **Atlas de Economia Solidária no Brasil, 2005**, Brasília, 2006.

ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. (org). **Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária**. Campinas: Alínea, 2007.

RAZETO, Luis. Economia de solidariedade e organização popular. In GADOTTI, Moacir e GUTIÉRREZ, Francisco. **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 1993.

SANTOS, M. **Espaço & método**. São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. **O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização do pensamento único a consciência universal**. 10ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SECRETÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES). Disponível em: <[www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br)>. Acesso em 14 de junho de 2009.

SINGER, P. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. Economia Solidária. In: CATTANI, A. D. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em: <[www.sies.mte.gov.br](http://www.sies.mte.gov.br)>. Acesso em 14 de junho de 2009.

VASCONCELOS, T. A. C. de. A economia solidária na construção social do desenvolvimento territorial. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. **Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária**. Campinas: Alínea, 2007.